



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA

SELMA REGINA DE OLIVEIRA COSTA

**A PROPOSTA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM
DE JOVENS E ADULTOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS.**

BRASILIA - DF

Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA

A PROPOSTA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM
DE JOVENS E ADULTOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS.

SELMA REGINA DE OLIVEIRA COSTA

PROFESSORA ORIENTADORA
MARIA CLARICE VIEIRA

TUTOR ORIENTADOR
MARCO AURÉLIO BRAGA

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL - PIL

BRASÍLIA, DF Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA

SELMA REGINA DE OLIVEIRA COSTA

A PROPOSTA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM
DE JOVENS E ADULTOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS.

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos

Professor Orientador Maria Clarice Vieira

Tutor Orientador Marco Aurélio Braga

Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF Julho/2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, aos mentores e organizadores, pela sensibilidade e iniciativa de promover um curso voltado para a EJA, com uma abordagem tão ampla e significativa; aos professores e tutor orientador, pela dedicação, aos colegas da turma F e demais pela troca de experiências nas discussões nos fóruns, as minhas amigas Suzemá e Sandra Freire, pelo encorajamento e incentivo em participar deste curso e pela contribuição na construção e elaboração deste projeto e aos meus filhos pela paciência.

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode: é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte.

Paulo Freire

RESUMO

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades aplicadas ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização. Consideram os critérios de competência acadêmica dos alunos, tendo como referência o currículo regular e buscam maximizar as suas potencialidades, sem ignorar ou sublevar as limitações que apresentam e suas necessidades especiais. Essas medidas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam, igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa, na perspectiva da escola para todos. Nessas circunstâncias, constata-se que o aluno poderá ser beneficiado por conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático, na busca de promover-lhe o domínio de conhecimento que lhe permita o exercício de sua cidadania, no nível máximo de suas possibilidades.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - EJA; Adaptação curricular; Ensino especial.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANEE** Alunos com Necessidades Educacionais Especiais
- CEE** Centro de Ensino Especial
- DI** Deficiência Intelectual
- DMu** Deficiências Múltiplas
- EJA** Educação de Jovens e Adultos
- GDF** Governo do Distrito Federal
- MEC** Ministério de Educação
- PCN** Parâmetros Curriculares Nacionais
- SEEDF** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
- TGD** Transtorno Global de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – IDENTIFICAÇÃO.....	10
3 – AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	11
4 – JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DE PROBLEMA.....	12
5 – OBJETIVOS	18
5.1 - Objetivos Gerais	18
5.2 - Objetivos Específicos:.....	18
6 – ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES	19
7 – CRONOGRAMA	21
8 – PARCEIROS.....	21
9 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	21
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de educação nas etapas de ensino fundamental e médio oferecida àqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso ou continuidade à educação regular na idade apropriada. A EJA fundamenta-se em diversos aspectos: faixa etária, características sociocultural e especificidades da clientela a que se destina. Em se tratando da EJA para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais há de se observar ainda a dificuldade de aprendizagem pois, apesar da idade cronológica típica da clientela de EJA, esses alunos apresenta limitações significativas no funcionamento intelectual e déficit de aprendizagem, necessitando de adaptações curriculares, para que haja uma aprendizagem eficiente.

O planejamento escolar e pedagógico e as ações educacionais devem promover as adaptações curriculares, em conjunto com a observância da heterogeneidade do público alvo, necessárias para que o ANEE tenha acesso ao currículo de forma eficaz para o seu aprendizado. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais as adaptações curriculares

Devem ser destinadas aos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação, realizando, preferencialmente no ambiente menos restritivo possível e pelo menor período de tempo (...) As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda (suporte), diferentes das usuais, são requeridas, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer (BRASIL, 1998, p. 34)

Adaptar o Currículo e as demais ações pedagógicas para o ANEE, que freqüentam a EJA, fundamenta-se em dispositivos legais e oportuniza a cidadania plena.

Na ação pedagógica para a EJA com o ANEE é relevante a contribuição de Paulo Freire que enfatiza a importância de se valorizar a bagagem do educando, ou seja, sua cultura, o que ela já conhece, do valor pragmático das coisas e dos fatos de sua vida cotidiana e de Emília Ferreiro que aponta para a necessidade de uma identificação do aluno em relação ao universo da leitura e escrita.

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Nome: Selma Regina de Oliveira Costa

1.2 - Turma: Turma “F”

1.3 - Informações para contato:

Telefone(s): 30348870/99789284 **E-mail:** selmarocc@ig.com.br

2 – Dados de Identificação do Projeto:

2.1- Título: A proposta metodológica e sua importância no ensino aprendizagem de Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais.

2.2 - Área de abrangência:

() Nacional () Regional () Estadual ()Municipal ()Distrital (X) Local

2.3 - Instituição:

Nome: Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga

Endereço: QNJ 20 AE 12 – Taguatinga Norte.

Instância institucional de decisão:

- Governo: () Estadual () Municipal () DF

- Secretaria de Educação: () Estadual () Municipal () DF

- Conselho de Educação: () Estadual () Municipal () DF

- Escola: () Conselho escolar

- Outros: _____

2.4 - Público ao qual se destina: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, maiores de 14 anos, matriculados na Educação de Jovens e Adultos do Centro de Ensino Especial N° 01 de Taguatinga.

2.5 - Período de execução:

Início (mês/ano) 08 / 2010 **Término:** 12 / 2010

3 – AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga está situado na QNJ 20, Área Especial 12, e foi criado com a denominação de Centro de Ensino 03 de Ensino Especial. Iniciou suas atividades escolares em 28/08/73 e nesta mesma data foi inaugurado com alteração de denominação dada pela Resolução nº 95-CD de 11/02/77, passando a categoria de Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga. O Parecer nº 73 – CEDF, de 03/12/74 opinou favoravelmente pela instalação de funcionamento do mesmo. Teve seu reconhecimento pela Portaria nº 17 de 07/07/80 – SEC (DODF nº 129, de 10/07/80). Sua área total é de 25.200 m² e sua área construída é de 4.498,54 m².

O CEE 01 está situado na cidade satélite de Taguatinga que foi a primeira cidade oficialmente criada no Distrito Federal. Taguatinga hoje é a sede do GDF; conta com mais de 270 mil habitantes e é uma das principais cidades do DF, com vida própria, comércio vibrante e muitas indústrias.

O CEE 01 de Taguatinga, tem como missão "contribuir com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem da educação especial, apoiando projetos conduzidos pela comunidade escolar e estimulando a busca constante da qualidade do ensino e o exercício da responsabilidade social, mediante o respeito à diversidade humana". Atende Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) a partir de quatro anos de idade, com prioridade no atendimento até os vinte e um anos de idade, nas modalidades Deficiências Múltiplas- DMU, Deficiência Intelectual - DI, Transtorno Global de Aprendizagem - TGD e Oficinas Pedagógicas, nesta os alunos tem oportunidade de participar da EJA e de oficinas profissionalizantes e sócio profissionalizantes.

O CEE 01 também conta com atendimentos educacionais complementares especializados como argila, artes, educação física, jardinagem e laboratório de informática e programas interdisciplinares como coral, banda, educação ambiental, dança, teatro, capoeira adaptada e outros. Em 2009, também inseriu no seu contexto o atendimento complementar aos alunos inclusos nas escolas do ensino regular, estes participam de atividades dentro dos atendimentos complementares no horário contrário ao de sua aula.

Ao resgatar a trajetória da escola ao longo de sua existência, destacam-se fatos marcantes, projetos e eventos realizados de forma interdisciplinar com a participação efetiva do ANEE, resultando numa aprendizagem significativa. Dentre esses eventos destacam-se: Festival Recreativo de Taguatinga; Feira do Livro e Informática Educativa Especial, com a participação dos alunos do Centro de Ensino Especial e dos alunos das Escolas Inclusivas que mantém classes especiais e classes de integração inversa, além dos eventos relacionados com as datas comemorativas do calendário civil.

4 – JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DE PROBLEMA

A Educação de Jovens e Adultos EJA é uma modalidade de ensino oferecida nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública no Brasil destinado a jovens e adultos que não completaram a escolarização básica em idade apropriada por vários motivos, dentre outros, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para o próprio sustento e da família. No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial. No Brasil, recebeu influência das idéias do educador Paulo Freire e do movimento de educação popular.

A EJA para alunos com Necessidades Educacionais Especiais é uma das modalidades de atendimentos oferecida pelo Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, com o objetivo de atender aos educandos nas suas especificidades e, sobretudo, respeitando as dificuldades decorrentes da própria deficiência. Apesar de desenvolvida há pouco tempo na escola, é possível identificar e destacar algumas dificuldades encontradas no que se refere às ações pedagógicas, quando se trata de definir os objetivos, conteúdos e a formas de trabalho.

Antes, contudo, vale ressaltar a fundamentação legal dessa modalidade de atendimento e os direitos garantidos a clientela em questão. A Declaração de Salamanca demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (UNESCO, 1994, p.viii)

O segmento de EJA é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL,1996, p.15).

E a Educação Especial é regulamentada pelos artigos 58 e 59 da Lei de Diretrizes e Bases da educação

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p.21-22).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) norteiam a educação dos alunos com necessidades especiais e também dos demais alunos por meio de pressupostos e objetivos que consideram questões pedagógicas, admitindo a pluralidade de concepções do processo educativo, de forma a atender à heterogeneidade dos alunos na escola e respeitando suas particularidades. Segundo o PCN

As manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a sua solução. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adaptações do currículo. As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. (BRASIL, 1998, 33).

Percebe-se uma preocupação por parte do poder legislativo em garantir o acesso à educação à todos. E também, pode-se observar que há fundamentação jurídica para que o cidadão seja tratado como igual, de acordo com o princípio da igualdade, ou seja, realizar a “igualização das condições desiguais”. Isso fica exemplificado nessa fundamentação exposta pois, os legisladores garantiram que as pessoas com necessidades especiais

tenham o acesso a educação apesar de todas as suas limitações, cabendo ao professor buscar subsídios e condições necessárias para que o educando possa usufruir dos seus direitos legais da forma mais significativa possível.

Em se tratando de EJA para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o maior problema identificado é a dificuldade de aprendizagem do aluno que, apesar da idade cronológica típica da clientela de EJA, apresenta limitações significativas no funcionamento intelectual e déficit de aprendizagem, necessitando de adaptações curriculares e ações pedagógicas eficazes, para que haja uma aprendizagem eficiente. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais

Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o aluno.

Para que alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

- a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;
- o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- as adaptações curriculares e de acesso ao currículo.

Algumas características curriculares facilitam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, dentre elas:

- atinjam o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado;
- desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, em necessariamente de igual modo ou com a mesma ação e grau de abstração.

As adaptações curriculares apoiam-se nesses pressupostos para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular. Estão focalizadas, portanto, na interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas. (BRASIL, 1998, 33)

A adaptação curricular é toda adaptação realizada para atender às necessidades educacionais de um determinado aluno ou de um grupo, para possibilitar o acesso ao currículo estabelecido de modo geral. Para a prática de uma ação educativa inclusiva, capaz de atender às necessidades educacionais dos alunos é necessário desenvolver estratégias de intervenções pedagógicas mais específicas que assegurem uma melhor qualidade do ensino, levando em conta as necessidades e peculiaridades individuais de cada aluno em sua sala de aula, visando conferir maior eficácia a todo o processo de aprendizagem.

Algumas dessas estratégias compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. Essas ações são chamadas de Adaptações Curriculares de Grande Porte. Outras, que serão objeto de estudo desse projeto, compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações a serem planejadas e desenvolvidas no contexto da sala de aula. Essas são chamadas de Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, identificadas também como adaptações não significativas, são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte ou não significativas porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. (MEC, 2000, p.8)

"O que entendemos por currículo? O enfoque adotado é o de concebê-lo como "o conjunto de experiências (e a sua Planificação) que a escola, como instituição, põe a serviço dos alunos com o fim de potenciar o seu desenvolvimento integral" (Carvalho, 1999, p.49 apud Manjón, 1995, p. 53) e, ainda, "o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequados e úteis para os professores [...]" (Carvalho, 1999, p.49 apud Coll et all., 1996, p. 45). Dessa forma, o currículo para ser eficaz deve ser um instrumento que possibilite a interação entre o saber institucional e a vivência e expectativas socioculturais, que valorize e respeita-se a diversidade dos alunos no ambiente escolar. Segundo Carvalho

Os procedimentos de adaptações curriculares foram definidos como o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos (Guijarro, p. 138). Os autores distinguem as adaptações de acesso ao currículo, definindo-as como "as modificações ou provisão de recursos espaciais, materiais ou de comunicação que favorecem o aluno com necessidades educacionais especiais no desenvolvimento do currículo regular ou, se for o caso, do currículo adaptado" (Carvalho, 1999, p.53 apud Guijarro, p. 134, 138)

As adaptações *não significativas*, ou seja, aquelas que estão no âmbito de responsabilidade e de ação do professor, são divididas em: organizacionais, relativas aos objetivos e conteúdos, avaliativas, nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino aprendizagem, na temporalidade e de acesso ao currículo.

As *adaptações organizacionais* referem-se ao tipo de agrupamento de alunos para realização das atividades de ensino-aprendizagem, à organização didática da aula, a organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas.

As *adaptações relativas aos objetivos e conteúdos* referem-se à seleção, priorização e seqüenciamento de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores; à seleção, inclusão e priorização de objetivos à eliminação e ao acréscimo de conteúdos, quando for necessário.

As *adaptações avaliativas* dizem respeito à variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos adotados para avaliar o aluno, à variação nos critérios de promoção.

As *adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem* referem-se à alteração nos métodos adotados para o ensino dos conteúdos curriculares; à introdução de atividades complementares ou alternativas, além das planejadas para a turma, à alteração do nível de abstração e de complexidade das atividades, oferecendo recursos de apoio, à seleção de materiais e sua adaptação.

As *adaptações na temporalidade* dizem respeito à alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos, ao período para alcançar determinados objetivos, ao prolongamento ou redução no tempo de permanência do aluno na série, fase, ciclo ou etapa.

As *adaptações de acesso ao currículo* incluem providências ou recursos muitas vezes necessários aos alunos, tais como: mobiliários adequados; equipamentos específicos, recursos materiais adaptados, formas alternativas e ampliadas de comunicação, modalidades variadas de apoio para participar das atividades escolares, promoção de situações educacionais diferenciadas, recursos humanos especializados ou de apoio, adaptação espacial.

Devemos ressaltar que, visando a finalidade de um ensino eficiente e de qualidade é importante lembrarmos sempre que, cada ser é único, diferente, traz consigo suas experiências, vivências, seus conhecimentos já adquiridos, sua história, sua linguagem e cada um possuem um ritmo próprio de aprendizagem. Outro aspecto de igual importância é observar e valorizar o que desperta o real interesse do aluno.

Também no trabalho com o ANEE, é fundamental fazer uma avaliação objetiva e segura do que ele já sabe, de que tipo de operações mentais ele já consegue utilizar, de que conceitos ele já dispõe e com base nestes critérios, planejar ações pedagógicas adequadas.

No que se refere à leitura e escrita, o conhecimento da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro, muito contribuirá para identificar o nível que o aluno se encontra e a partir daí, agir sobre ele. Esse conhecimento permite que se adeque às atividades a serem desenvolvidas às necessidades de cada aluno, interpretando e fazendo as intervenções necessárias.

Os ensinamentos de Paulo Freire são significativos no que diz respeito ao conhecimento e a valorização do que o aluno traz consigo, sua história, sua cultura e as experiências de vida de cada um

Na perspectiva construtivista, todo conhecimento novo parte de um conhecimento anterior; portanto, o ponto de partida do trabalho escolar é o momento em que se encontra o aluno, seu conhecimento e seu nível atual de desenvolvimento. Para superar o já estruturado, o já estabelecido e alcançar o nível seguinte mais complexo do desenvolvimento, é necessário perpassar e ultrapassar momentos de desestabilização, de dúvida, de perturbação, de reestruturação e modificação do já conhecido. (FREIRE, 2005, p. 42)

Dessa forma, o presente projeto se propõe a analisar a importância das adaptações curriculares como alternativas para facilitar a aprendizagem do aluno com Necessidades Educacionais Especiais, respeitando suas especificidades, oportunizando suas potencialidades e valorizando sua história, visando proporcionar ou facilitar sua inclusão social e o resgate da sua cidadania.

5 – OBJETIVOS

5.1 - Objetivos Gerais: Analisar o currículo da EJA, e adaptá-lo as reais necessidades dos ANEEs, para facilitar sua aprendizagem, possibilitar sua inclusão social, independência e elevar sua auto-estima.

5.2 - Objetivos Específicos:

- Analisar os conteúdos propostos no currículo da EJA, levando em conta as potencialidades e necessidades dos alunos;
- Selecionar dentre os conteúdos propostos no currículo da EJA, aqueles que realmente são significativos para a vida do aluno, no que se refere a sua independência e inclusão social;
- Ajustar o fazer pedagógico as necessidades e potencialidade do aluno;
- Aplicar as adequações significativas e/ou não significativas apresentadas no documento Práticas e Saberes da Educação, do Ministério da Educação.
- Adequar os espaços físicos na sala de aula para atender as necessidades do educando.

6 – ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES

- Sondagem do nível da turma, fundamentada na psicogênese da língua escrita;
- Agrupamento dos alunos para a realização das atividades de ensino-aprendizagem;
- Organização didática da aula – conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados, para atender às suas necessidades especiais, bem como a disposição física dos mobiliários, de materiais didáticos e de espaço disponíveis para trabalhos diversos;
- Organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas – previsão de tempo diversificada para desenvolver os diferentes elementos do currículo em sala de aula;
- Eliminação de objetivos básicos – quando extrapolam as condições do aluno;
- Introdução de objetivos específicos alternativos, que podem ser incluídos em substituição a outros que não podem ser alcançados, temporária ou permanentemente;
- Eliminação de conteúdos que, embora essenciais no currículo, sejam inviáveis de aquisição por parte do aluno;
- Priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores: Ex: habilidades de leitura e escrita, cálculos etc.;
- Priorização dos objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do aluno. Ex: desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe, de persistência na tarefa etc.;
- Sequenciação pormenorizada dos conteúdos que requeiram processos gradativos de menor à maior complexidade das tarefas, atendendo à sequência de passos, à ordenação da aprendizagem etc.;
- Reforço da aprendizagem e a retomada de determinados conteúdos para garantir o seu domínio e a sua consolidação;
- Eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos e essenciais no currículo;
- Seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno, de modo que atenda às suas peculiaridades;
- Introdução de métodos específicos para atender às necessidades particulares do aluno;
- Utilização recursos de apoio, sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos etc.;

- Alteração do nível de complexidade das atividades por meio de recursos do tipo: eliminar partes de seus componentes (simplificar um problema matemático); ou explicitar os passos que devem ser seguidos para orientar a solução da tarefa, ou seja, oferecer apoio, especificando passo a passo a sua realização;
- Seleção e adaptação de materiais a serem utilizados em sala.

7 – CRONOGRAMA no decorrer do 2º semestre letivo de 2010.

8 – PARCEIROS

- Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga
- Direção da Escola
- Equipe de Apoio e diagnóstico e Orientação Educacional do CEE
- Coordenação compartilhada
- Professores(as)
- Alunos(as)

9 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO: o acompanhamento e a avaliação se dará por meio de observações do desempenho do aluno ao longo do processo, devendo aplicar o teste da psicogêneses no final de cada bimestre para auxiliar na avaliação.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. *Construtivismo De Piaget a Emília Ferreiro*. São Paulo: Ática, 1995.

BLANCO, Rosa. *Aprendendo na diversidade: implicações educativas*. In: Conferência apresentada no III Congresso Ibero-americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu/PR, 1998.

BRASIL. Congresso. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394>. Acesso em: 06 jun. 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília: SEEDF/MEC, 2000.

CARVALHO, Erenice Natália Soares. Adaptações curriculares: uma necessidade. *Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais*, Brasília, p. 51- 57, 1999.

LEITE, Carlinda. A flexibilização curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva. *Território Educativo*, nº 7, Dez. 1999.

PROJETO ESCOLA VIVA: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: SEEDF/MEC, n. 4, 2000. 96 p.

PROJETO ESCOLA VIVA: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: SEEDF/MEC, n. 6, 2000. 96 p.

SABERES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Brasília: MEC, 2003.

C837p

Costa, Selma Regina de Oliveira

A proposta metodológica no ensino e aprendizagem de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais/ Selma Regina de Oliveira Costa, 2010.

25 f. ; 30cm.

Especialização em Educação na Diversidade na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA (Projeto) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD, 2010.

Orientação: Prof^a Maria Clarice Vieira

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA; 2. Adaptação curricular; 3. Ensino especial I. Vieira, Maria Clarice, orient., II. Título.

CDU 374.7